



Mensagem nº 31

Processo nº 25104

Proponente: Poder Executivo Municipal

Regime de tramitação: Urgência

Data de Conclusão à Procuradoria: 30/5/2023

RELATÓRIO

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal, cujo mérito solicita aprovação do Colendo Plenário para Projeto de Lei que *“Altera a lei municipal nº. 3.033, de 02 de maio de 2011, que dispõe sobre o fundo municipal de aposentadoria e pensão do servidor - FAPS”*. Constan dos autos eletrônicos os seguintes documentos:

- ID 58291 (pdf, 5 páginas);
- ID 58346 (pdf, 1 página);
- ID 58371 (pdf, 1 página);
- ID 58373 (página única);
- ID 58437 (pdf, 1 página);

PARECER

O projeto de lei ora submetido à análise está inserido no contexto de legislação de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, pois versa sobre servidores do Poder Executivo e gera efeitos sobre todo o funcionalismo Municipal. Dispõe a Lei Orgânica:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:
(...)
II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;

Em ato subsequente, a Lei Orgânica também estabelece a competência da Câmara de Vereadores para a deliberação respectiva. Vejamos:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

(...)

VII - regime jurídico único e lei de remuneração dos servidores municipais;

Adentrando ao mérito, se trata de readequar as alíquotas progressivas de contribuição previdenciária do RPPS dos servidores do Município de Sapucaia do Sul em função da previsão contida no §2º do art.2º-B da Lei Municipal nº 3.303/2011. A respeito do assunto, destacamos que a Emenda Constitucional 103/2019 (Reforma da Previdência) efetivamente introduziu dispositivos que possibilitam a instituição de alíquotas progressivas, e a matéria tratada no presente projeto de lei municipal em comento vem nesta linha. As Ações Diretas de Inconstitucionalidade relativas ao tema (ADIs 6.254, 6.255, 6.258, 6.271 e 6.367), ainda pendentes de referendo do Plenário, não verificaram, de imediato, a inconstitucionalidade dos artigos da EC103/2019, de modo que são consideradas, em princípio, constitucionais, as alterações legislativas procedidas sob a égide da referida emenda.

A esse respeito, verificamos, neste momento, que há divergência já registrada nos seguintes termos:

“Decisão: Após o voto do Ministro Roberto Barroso (Relator), que julgava improcedente o pedido formulado; e do voto do Ministro Edson Fachin, que divergia do Relator e julgava parcialmente procedente o pedido para declarar: i) a inconstitucionalidade do art. 1º da EC nº 103/2019, na parte alteradora dos parágrafos 1º-A, 1º-B e 1º-C do art. 149 da Constituição Federal; ii) a inconstitucionalidade da



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

expressão “que tenha sido concedida ou” do art. 25, §3º, da EC nº 103/2019 e, em relação ao mesmo dispositivo, dava interpretação conforme à Constituição à locução “que venha a ser concedida”, de modo a assegurar que o tempo de serviço anterior ao advento da EC nº 20/1998, nos termos da legislação vigente à época de seu implemento, seja computado como tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; iii) a interpretação conforme à Constituição ao art. 26, §5º, da EC nº 103/2019, de modo a que o acréscimo sobre o cálculo de benefícios, instituído em favor das trabalhadoras mulheres filiadas ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), aplique-se em igual modo e sem distinção às mulheres servidoras vinculadas ao Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), pediu vista dos autos o Ministro Ricardo Lewandowski. Falaram: pela requerente, o Dr. Ilton Norberto Robl Filho; pelo amicus curiae Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE, a Dra. Thais Riedel; pelo amicus curiae Federação Nacional dos Policiais Federais, o Dr. Antonio Rodrigo Machado; pelo amicus curiae Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, o Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão; e, pelo amicus curiae Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal-CONDSEF, o Dr. Pedro Maurício Pita da Silva Machado. Plenário, Sessão Virtual de 16.9.2022 a 23.9.2022.

Não tendo, entretanto, ocorrido modificação no entendimento inicialmente consignado na v.decisão monocrática que indeferiu a liminar, o processo encontra-se nesta data concluso ao relator, permanecendo vigente a presunção de constitucionalidade das alíquotas progressivas:

“Em 14/05/2020: Diante do exposto, nego a cautelar pleiteada pela Requerente, de modo que, até posterior manifestação nestes autos, o art. 1º, no que altera o art. 149, § 1º da Constituição, e o art.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

11, caput, § 1º, incisos IV a VIII, § 2º e § 4º, da Emenda Constitucional nº 103/2019 são considerados constitucionais e, portanto, válidos, vigentes e eficazes. Deixo claro, por fim, que a presente decisão se refere tão somente à questão da progressividade das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos. Quanto às demais questões suscitadas nas diversas ações, aguardarei a vinda da manifestação da Procuradoria-Geral da República, para levar toda a matéria ao Plenário. Submeto a presente medida cautelar, de imediato, à deliberação do Plenário Virtual”. MIN. ROBERTO BARROSO

Quanto ao procedimento aplicável ao processo legislativo, anotamos que a deliberação pelo plenário da nobre Casa Legislativa deve ser precedida da manifestação das seguintes comissões permanentes:

a) **LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**, por ser condição de tramitação do processo legislativo para todas as proposições em geral:

Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.

§ 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em **todos os projetos de lei** e determinadas matérias que tramitem pela Câmara.

b) **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, por competência específica, eis que a proposição gera **efeitos de caráter financeiro ao erário municipal**:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Art. 77- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as **matérias de caráter financeiro**, e especialmente quando for o caso de:

(...)

IV - proposições referentes a matérias tributárias; abertura de créditos; empréstimos públicos e as que, direta ou **indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município**, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos e jurisprudenciais apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento **opinando pela viabilidade de tramitação** do projeto de lei em comento. Registramos, como de praxe, que o presente parecer tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 30 de maio de 2023

Pablo José Camboim de Souza

OAB/RS 50.493

Matrícula 881

João Roberto da Fonseca Junior

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257

